
2º PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO EM PÓS-GRADUAÇÃO - DPU/MT

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

NOME COMPLETO: _____

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

- 1) Ao receber este Caderno de Prova verifique se contém um total de 40 (quarenta) questões objetivas e 01 (uma) questão para a dissertação.
- 2) A FOLHA DE RESPOSTAS deverá ser identificada apenas com o nome completo do candidato.
- 3) Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal da sala um outro caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- 4) Leia atentamente cada questão respondendo de acordo com a proposição apresentada.
- 5) As alternativas escolhidas devem ser marcadas na folha de respostas.
- 6) Marque as respostas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, de forma clara e precisa.
- 7) Não use lápis na FOLHA DE RESPOSTAS.
- 8) Não serão permitidas rasuras na FOLHA DE RESPOSTAS.
- 9) Não será permitida qualquer espécie de consulta.
- 10) Não é permitido o uso de telefones celulares, bem como de qualquer outro aparelho eletrônico.
- 11) A correção da prova será efetuada levando-se em conta EXCLUSIVAMENTE o conteúdo da FOLHA DE RESPOSTAS.
- 12) O candidato terá **04 (quatro) horas** para responder todas as questões e transferi-las para a FOLHA DE RESPOSTAS, também incluído o tempo para a identificação.
- 13) O candidato somente poderá levar o caderno de prova após 3 (três) horas e 30 (trinta) minutos do seu início.
- 14) O gabarito provisório da prova objetiva e o caderno de provas estarão disponíveis no dia **23/10/2023**, no site www.universidadepatativa.com.br.
- 15) O gabarito definitivo e o resultado definitivo da prova objetiva e o resultado preliminar da prova subjetiva estarão disponíveis no dia **13/11/2023**, no site www.universidadepatativa.com.br.
- 16) O resultado final estará disponível no dia **23/11/2023**, no site www.universidadepatativa.com.br.

PROVA OBJETIVA

1. Com base no entendimento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal, em relação à responsabilidade solidária dos entes federados pelo dever de prestar assistência à saúde é possível afirmar que:

(A) Os entes da federação não são solidariamente responsáveis nas demandas prestacionais na área da saúde, tendo em vista que a Constituição Federal define de forma clara a responsabilidade de cada um perante o Sistema Único de Saúde.

(B) Os entes da federação, em decorrência da competência comum, são solidariamente responsáveis nas demandas prestacionais na área da saúde, e diante dos critérios constitucionais de descentralização e hierarquização, compete à autoridade judicial direcionar o cumprimento conforme as regras de repartição de competências e determinar o ressarcimento a quem suportou o ônus financeiro.

(C) A solidariedade nas demandas prestacionais na área da saúde entre os entes federados está restrita aos medicamentos e tratamentos não incorporados pelo Sistema Único de Saúde.

(D) A solidariedade nas demandas prestacionais na área da saúde entre os entes federados é definida em razão do pedido do autor da ação, não competindo à autoridade judicial direcionar o cumprimento.

2. Nos termos da Constituição Federal, não se pode afirmar em relação ao Direito à Saúde:

(A) A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

(B) O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, exclusivamente com recursos do orçamento da União.

(C) A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

(D) Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei, controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos.

3. No que diz respeito à Política Agrícola e Fundiária e à Reforma Agrária, assinale a alternativa incorreta:

(A) Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

(B) A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

(C) Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos.

(D) São suscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária: I - a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra; II - a propriedade produtiva.

4. Acerca do Poder Legislativo, é possível afirmar que:

- (A) É da competência exclusiva do Congresso Nacional julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo.
- (B) O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, das Assembleias Legislativas dos Estados e das Câmaras de Vereadores Municipais.
- (C) A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.
- (D) A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, não podem convocar Ministro de Estado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado.

5. Sobre a Administração Pública, assinale a alternativa incorreta:

- (A) A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- (B) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração
- (C) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.
- (D) Ao servidor público civil não é conferido o direito à livre associação sindical.

6. Considerando a disposto na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, assinale a alternativa incorreta:

- (A) Nos países que não houverem abolido a pena de morte, esta só poderá ser imposta pelos delitos mais graves, em cumprimento de sentença final de tribunal competente e em conformidade com lei que estabeleça tal pena, promulgada antes de haver o delito sido cometido. Tampouco se estenderá sua aplicação a delitos aos quais não se aplique atualmente.
- (B) Em nenhum caso pode a pena de morte ser aplicada por delitos políticos, nem por delitos comuns conexos com delitos políticos.
- (C) Nos países que não houverem abolido a pena de morte, esta deverá ser suprimida da legislação no prazo de 20 (vinte) anos, a contar da sua promulgação no ordenamento jurídico do país que a ela aderir.
- (D) Não se pode restabelecer a pena de morte nos Estados que a hajam abolido.

7. Considerando o entendimento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal, em relação ao pagamento de honorários à Defensoria Pública, em litígio com ente público ao qual vinculada, assinale a alternativa incorreta:

- (A) É devido o pagamento de honorários sucumbenciais à Defensoria Pública, quando representa parte vencedora em demanda ajuizada contra qualquer ente público, inclusive aquele que integra.
- (B) O valor recebido a título de honorários sucumbenciais deve ser destinado, exclusivamente, ao aparelhamento das Defensorias Públicas.
- (C) É vedado o rateio do valor recebido a título de honorários sucumbenciais entre os membros da instituição.
- (D) É vedado o pagamento de honorários sucumbenciais à Defensoria Pública da União, quando representa parte vencedora em demanda ajuizada contra a União Federal, tendo em vista a ocorrência da confusão patrimonial na hipótese.

8. Assinale a alternativa incorreta acerca da Tutela de Urgência:

- (A) A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
- (B) Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.
- (C) A tutela de urgência de natureza antecipada poderá ser concedida apenas quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.
- (D) A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.

9. Sobre a citação, é possível afirmar que:

- (A) O comparecimento espontâneo do réu ou do executado supre a falta ou a nulidade da citação, fluindo a partir desta data o prazo para apresentação de contestação ou de embargos à execução.
- (B) A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, retroagirá à data de propositura da ação, ressalvada a hipótese de despacho proferido por juízo incompetente, situação em que não haverá a interrupção.
- (C) Citação é o ato pelo qual o autor da ação é convocado para impugnar a contestação apresentada pelo réu.
- (D) A citação não poderá ser feita em qualquer lugar em que se encontre o réu, o executado ou o interessado, devendo ser realizada apenas em sua residência ou local de trabalho.

10. No que diz respeito às nulidades processuais, assinale a alternativa incorreta:

- (A) A nulidade dos atos deve ser alegada apenas na última oportunidade em que couber à parte falar nos autos, antes da sentença.
- (B) Quando a lei prescrever determinada forma sob pena de nulidade, a decretação desta não pode ser requerida pela parte que lhe deu causa.
- (C) Quando a lei prescrever determinada forma, o juiz considerará válido o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade.
- (D) O erro de forma do processo acarreta unicamente a anulação dos atos que não possam ser aproveitados, devendo ser praticados os que forem necessários a fim de se observarem as prescrições legais.

11. Considerando as disposições relativas ao valor da causa, não é possível afirmar:

- (A) A toda causa será atribuído valor certo, ainda que não tenha conteúdo econômico imediatamente aferível.
- (B) O valor da causa constará da petição inicial ou da reconvenção e será, na ação de cobrança de dívida, a soma monetariamente corrigida do principal, excluídos os juros de mora vencidos e outras penalidades.
- (C) O valor da causa constará da petição inicial ou da reconvenção e será, na ação em que houver pedido subsidiário, o valor do pedido principal.
- (D) O réu poderá impugnar, em preliminar da contestação, o valor atribuído à causa pelo autor, sob pena de preclusão, e o juiz decidirá a respeito, impondo, se for o caso, a complementação das custas.

12. Acerca dos requisitos da petição inicial, assinale a alternativa incorreta:

- (A) A petição inicial indicará os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu.

- (B) A petição inicial não precisa ser instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação, os quais poderão ser apresentados após a contestação.
- (C) O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado.
- (D) A petição inicial indicará a opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação.

13. Considerando as disposições legais a respeito da vigência da lei, assinale a alternativa incorreta:

- (A) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país 60 (sessenta) dias depois de oficialmente publicada.
- (B) Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
- (C) A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.
- (D) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

14. Assinale a alternativa que apresenta uma disposição incorreta acerca dos negócios jurídicos:

- (A) A validade do negócio jurídico requer agente capaz; objeto lícito, possível, determinado ou determinável; forma prescrita ou não defesa em lei.
- (B) A incapacidade relativa de uma das partes não pode ser invocada pela outra em benefício próprio, nem aproveita aos co-interessados capazes, salvo se, neste caso, for indivisível o objeto do direito ou da obrigação comum.
- (C) Os negócios jurídicos não devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração.
- (D) A validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir.

15. Acerca da solidariedade nas obrigações, é possível afirmar que:

- (A) A solidariedade é presumida, não podendo ser estabelecida pela lei ou pela vontade das partes.
- (B) Cada um dos credores solidários tem direito a exigir do devedor o cumprimento da prestação por inteiro.
- (C) O pagamento integral da dívida feito a um dos credores solidários não a extingue em relação aos credores que não receberam o pagamento.
- (D) Convertendo-se a prestação em perdas e danos, a solidariedade invariavelmente se extingue.

16. Assinale a alternativa incorreta a respeito da indenização na responsabilidade civil:

- (A) A indenização não pode ser medida pela extensão do dano, devendo decorrer de arbitramento pelas partes envolvidas.
- (B) A indenização mede-se pela extensão do dano. Se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz reduzir, equitativamente, a indenização.
- (C) Se a vítima tiver concorrido culposamente para o evento danoso, a sua indenização será fixada tendo-se em conta a gravidade de sua culpa em confronto com a do autor do dano.
- (D) Se o devedor não puder cumprir a prestação na espécie ajustada, substituir-se-á pelo seu valor, em moeda corrente.

17. Sobre os efeitos da POSSE, é possível afirmar que:

- (A) O possuidor turbado, ou esbulhado, poderá manter-se ou restituir-se por sua própria força, contanto que o faça logo; os atos de defesa, ou de desforço, podem ser empregados em qualquer intensidade para a manutenção ou restituição da posse.
- (B) A alegação de propriedade, ou de outro direito sobre a coisa, obsta a manutenção ou reintegração na posse.
- (C) O possuidor de boa-fé não tem direito, enquanto ela durar, aos frutos percebidos.
- (D) O possuidor de má-fé responde pela perda, ou deterioração da coisa, ainda que acidentais, salvo se provar que de igual modo se teriam dado, estando ela na posse do reivindicante.

18. Assinale a alternativa incorreta:

- (A) A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.
- (B) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesesseis) anos.
- (C) A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.
- (D) São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer, maiores de quatorze e menores de dezoito anos;

19. De acordo com o Código Penal Brasileiro, é incorreto afirmar:

- (A) O crime tentado ocorre quando, iniciada a execução, esta não se consuma pela vontade do agente.
- (B) Salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços.
- (C) O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados.
- (D) O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposos, se previsto em lei.

20. De acordo com o Código Penal Brasileiro, é incorreto afirmar:

- (A) Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.
- (B) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- (C) Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.
- (D) A pena cumprida no estrangeiro é computada na pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando diversas, ou atenua, quando idênticas.

21. Jerônimo foi condenado, definitivamente, às penas de quatro anos de reclusão e dez dias-multa, em razão da prática do crime de roubo circunstanciado pelo emprego de arma de fogo a agência da Caixa Econômica Federal. Após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória, houve a edição de nova lei, que deixou de considerar o emprego de arma de fogo como causa de aumento de pena no delito de roubo. Nesse cenário, é correto afirmar que a nova legislação:

- (A) não retroagirá, considerando que a retroatividade da lei penal se restringe às hipóteses de abolitio criminis, quando a lei não mais considera o fato como criminoso;
- (B) retroagirá, desde que a lei entre em vigor antes do início do cumprimento da pena;
- (C) não retroagirá, considerando o princípio da irretroatividade da lei penal;

(D) retroagirá, considerando que a nova lei é benéfica ao acusado.

22. É circunstância que sempre atenua a pena:

- (A) o desconhecimento da lei.
- (B) a ausência de dolo antecedente.
- (C) a conduta da vítima.
- (D) o estado de embriaguez involuntária.

23. O princípio da intranscendência da pena veda que:

- (A) o tempo total de cumprimento das penas privativas de liberdade ultrapasse 30 anos.
- (B) uma pessoa seja novamente punida no Brasil, se já houver cumprido pena pelo mesmo crime no exterior.
- (C) em caso de concurso de crimes, a pena final aplicável, obtida pelo critério da exasperação da pena de um dos delitos, supere o resultado da soma das penas de cada um deles.
- (D) o sucessor do condenado pelo crime seja obrigado a reparar o dano causado pelo infrator em valor superior ao que este deixou de herança.

24. Sobre o juizado especial criminal, assinale a opção incorreta:

- (A) Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena mínima igual ou inferior a um ano, cumulada ou não com multa.
- (B) Havendo representação ou tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, a ser especificada na proposta;
- (C) quando não houver aplicação de pena, pela ausência do autor do fato, ou pela transação penal, o Ministério Público oferecerá ao Juiz, de imediato, denúncia oral, se não houver necessidade de diligências imprescindíveis;
- (D) Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena.

25. No que concerne à interpretação e aplicação da Lei Processual Penal, é correto afirmar que o Código de Processo Penal

- (A) admite apenas a aplicação da interpretação extensiva.
- (B) admite a aplicação analógica.
- (C) não admite a aplicação da analogia e dos princípios gerais de direito.
- (D) admite expressamente a interpretação autêntica.

26. No que se refere ao acordo de não persecução penal, assinale a opção correta.

- (A) Se, preenchidos os requisitos legais, o Ministério Público se recusar a oferecer o acordo, tal atribuição será transferida ao juiz.
- (B) Uma das condições legalmente previstas para o acordo de não persecução penal é a imposição de prestação de serviços à comunidade pelo tempo correspondente à pena mínima cominada ao delito reduzida de um a dois terços.
- (C) Ainda que cabível a transação penal no âmbito dos juizados especiais criminais, admite-se o acordo de não persecução penal por constituir medida mais favorável ao réu.
- (D) É vedada a imposição do pagamento de prestação pecuniária como condição nos acordos de não persecução penal, haja vista a irrepetibilidade de tal medida.

27. De acordo com o Código de Processo Penal, admite-se a decretação da prisão preventiva.
(A) se o juiz, ao analisar as provas, verificar que o agente praticou o fato amparado por uma excludente de ilicitude.
(B) quando há dúvida acerca da identidade civil da pessoa.
(C) como decorrência imediata de investigação criminal ou da apresentação ou recebimento de denúncia.
(D) nos casos de crimes culposos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 anos.

28. O chamado flagrante esperado acontece quando
(A) a autoridade induz o agente a praticar o crime.
(B) a autoridade encontra o agente com instrumentos do crime.
(C) a autoridade tem ciência de que o agente pretende praticar o crime.
(D) a autoridade persegue o agente logo após a prática do crime.

29. O ônus da prova no processo penal:
(A) cabe ao Ministério Público até a sentença condenatória proferida, sendo invertido em fase recursal.
(B) recai sobre o Ministério Público durante toda a persecução penal, tendo a defesa apenas interesse em provar suas próprias alegações.
(C) recai sobre a defesa apenas quando esta alegar excludentes de ilicitude do fato apontado como criminoso.
(D) cabe ao Ministério Público até o recebimento da denúncia, sendo repartido após este momento processual.

30. Segundo o Código de Processo Penal:
(A) O processo terá completada a sua formação quando realizada a intimação do acusado.
(B) A intimação do Ministério Público e do defensor nomeado será pessoal.
(C) A intimação da sentença será feita ao réu, pessoalmente, se estiver preso.
(D) O juiz, ainda que modifique a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave.

31. No tocante à Previdência Social, é correto afirmar que:
(A) é organizada sob a forma de regime especial e observa critérios que preservem o equilíbrio financeiro.
(B) é descentralizada, de caráter facultativo.
(C) tem caráter complementar e autônomo.
(D) é contributiva, de caráter obrigatório.

32. O Regime Geral de Previdência Social compreende os seguintes benefícios, com exceção de:
(A) aposentadoria por invalidez, salário-maternidade e auxílio-reclusão.
(B) aposentadoria especial, auxílio-acidente e salário-família.
(C) aposentadoria por idade, seguro-desemprego e pensão por morte.
(D) auxílio-reclusão, auxílio-doença e pensão por morte.

33. À luz da Lei nº 8.213/1991, é(são) dependente(s) do segurado do regime geral de previdência social:

- (A) os pais, desde que com idade superior a sessenta anos.
- (B) o irmão não emancipado e menor de vinte e quatro anos de idade.
- (C) a companheira ou companheiro, desde que em união estável há mais de dois anos.
- (D) os pais, em qualquer idade.

34. Não havendo direito adquirido é permitida a cumulação dos seguintes benefícios da Previdência Social:

- (A) mais de uma pensão deixada por cônjuge ou companheiro, ressalvado o direito de opção pela mais vantajosa.
- (B) auxílio-doença e aposentadoria por invalidez.
- (C) seguro-desemprego e auxílio-acidente.
- (D) salário-maternidade e auxílio-doença.

35. Sobre a Assistência Social, marque a alternativa correta:

- (A) O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência grave e ao idoso com 60 (sessenta) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.
- (B) A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.
- (C) A assistência social, mediante contribuição, tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, desemprego involuntário, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente.
- (D) A assistência social tem como único objetivo o amparo às crianças e aos adolescentes carentes e a promoção da integração ao mercado de trabalho.

36. Terá direito ao recebimento de um salário-mínimo mensal, conforme a Lei nº 8.742/1993 – Lei Orgânica da Assistência Social:

- (A) a pessoa com deficiência e o idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, desde que contribuam à seguridade social.
- (B) a pessoa com deficiência e o idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, independentemente de contribuição à seguridade social.
- (C) apenas a pessoa com deficiência, que comprove não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, desde que contribua à seguridade social.
- (D) apenas o idoso, que comprove não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, desde que contribua à seguridade social.

37. De acordo com a Lei Complementar n. 80/1994, são funções institucionais da Defensoria Pública, exceto:

- (A) convocar audiências públicas para discutir matérias relacionadas às suas funções institucionais.
- (B) promover a difusão e a conscientização dos direitos humanos, da cidadania e do ordenamento jurídico.
- (C) prestar orientação jurídica e exercer a defesa dos necessitados, em todos os graus.
- (D) patrocinar ação penal pública e a subsidiária da pública.

38. A Defensoria Pública da União atua:

- (A) junto às Justiças Federal, Eleitoral, Militar, Tribunais Superiores e instâncias administrativas da União.
- (B) junto às Justiças Federal, do Trabalho, Eleitoral, Militar, Tribunais Superiores e instâncias administrativas da União.
- (C) junto às Justiças Federal, do Trabalho, Eleitoral, Tribunais Superiores e instâncias administrativas da União.
- (D) junto às Justiças Federal, do Trabalho, Eleitoral, Militar e instâncias administrativas da União.

39. A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado e abrange:

- (A) A Defensoria Pública da União, a Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios e as Defensorias Públicas dos Estados.
- (B) A Defensoria Pública da União, a Defensoria Pública do Distrito Federal e as Defensorias Públicas dos Estados.
- (C) A Defensoria Pública da União, as Defensorias Públicas dos Estados e as Defensorias Públicas Municipais.
- (D) A Defensoria Pública da União e as Defensorias Públicas dos Estados.

40. Aos Defensores Públicos Federais incumbe o desempenho das funções de orientação, postulação e defesa dos direitos e interesses dos necessitados, com exceção de:

- (A) tentar a conciliação das partes, antes de promover a ação cabível.
- (B) defender os acusados em processo disciplinar.
- (C) interpor recurso para qualquer grau de jurisdição e promover revisão criminal, quando cabível.
- (D) impulsionar os processos judiciais, sendo facultativo o impulso de processos extrajudiciais ou administrativos.

PROVA DISSERTATIVA

João é portador de grave doença renal. Seu médico elaborou laudo médico circunstanciado, a partir de exames previamente realizados por João, indicando a urgente necessidade de utilização de um medicamento. A medicação prescrita está contemplada dentre aquela de dispensação obrigatória pelo Sistema Único de Saúde – SUS. Todavia, ao comparecer perante uma farmácia da rede pública de saúde, foi informado que o fármaco estava em falta, inexistindo em qualquer outra farmácia do SUS. Nesse sentido, compareceu na Defensoria Pública da União solicitando a assistência jurídica. A DPU, visando a resolução extrajudicial dos conflitos, oficiou os órgãos públicos responsáveis pela prestação da saúde à população, recebendo como resposta de todos eles que o medicamento que João necessita está em falta e não há qualquer previsão para reposição do estoque. Consequentemente, restou à DPU o ajuizamento de uma ação judicial e, para tanto, foram obtidos orçamentos do medicamento em algumas farmácias, sendo o menor custo mensal da medicação, conforme a quantidade indicada na prescrição médica, de R\$300,00 (trezentos reais).

Diante da situação fática apresentada, elabore texto dissertativo com, no mínimo, 30 linhas, abordando, de forma fundamentada, os seguintes aspectos:

- 1) considerando que será a Defensoria Pública da União que ajuizará a ação perante o Poder Judiciário, indicar o juízo competente;

- 2) qual a ação judicial cabível;

- 3) qual o valor da causa;

- 4) os direitos fundamentais e os princípios constitucionais aplicáveis ao caso;

- 5) em caso de eventual pedido liminar de tutela de urgência ser indeferido, qual o recurso cabível, a quem deve ser endereçado e qual prazo de interposição.

RASCUNHO
